

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE
BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS
GRUPO DE TRABALHO DE ARQUIVOS

2.º ENCONTRO NACIONAL DE
ARQUIVOS MUNICIPAIS

Montemor-o-Novo, 23 - 25 de Novembro de 1988

ACTAS



associação portuguesa
de bibliotecários arquivistas e documentalistas
LISBOA - 1992

Bibliotecas e Arquivos Municipais Convergências e Divergências

ISABEL SOUSA

É com grande satisfação que participamos neste Encontro que, durante três dias, nos reuniu para analisar e discutir a complexa temática relativa aos Arquivos Municipais.

Neste contexto, alguma interrogação vos deve ter suscitado o tema que aqui apresentamos «Bibliotecas e Arquivos Municipais — Convergências e Divergências» num Encontro onde, especialistas espanhóis e portugueses, nos trouxeram preciosos contributos para a problemática dos Arquivos Municipais.

Contudo, a sua razão de ser prende-se com a necessidade de reflectir sobre estes dois equipamentos, uma vez que, muitas Bibliotecas Municipais são, igualmente, responsáveis por documentação de Arquivos Históricos facto que, quer queiramos quer não, é uma realidade que urge debater.

No tempo que aqui vos vou reter não pretendo apresentar qualquer verdade feita mas, e apenas, de forma abreviada, comunicar-vos um pouco da experiência de quem trabalha num Município onde, os dois equipamentos mais importantes da área da cultura, com maior impacto na comunidade e onde esta mais se tem envolvido — são a *Biblioteca e o Arquivo*.

Ao referirmo-nos a esta situação e ao identificarmos uma experiência concreta que, a título de exemplo, serve para lembrar que, qualquer destes equipamentos, não pode ser dissociado de um colectivo mais vasto que actua noutras áreas culturais e que, no seu conjunto, faz em parte da política cultural de uma autarquia.

Partindo desta realidade, surge, assim, a necessidade de definirmos, o que é a Biblioteca Municipal e o que é o Arquivo Municipal, quais as suas características e funções, qual o seu espaço sócio-cultural, antes mesmo de nos determos nas diferenças e convergências destes equipamentos, que servem uma mesma comunidade e uma determinada área sócio-geográfica e cultural.

Se por *Biblioteca* entendermos «a instituição democrática de ensino, de cultura e de informação, como o principal meio de dar a todos livre acesso ao tesouro dos pensamentos e das ideias humanas e às criações da imaginação do homem» segundo proclama o Manifesto da UNESCO sobre as Bibliotecas Públicas e, se por Arquivo, tomarmos a definição do Dr. Pedro Lopez Gomez, como sendo «o conjunto de Documentos acumulados por uma pessoa ou instituição, pública ou privada, num Processo Natural, automática e orgânicamente, em razão das suas funções e actividades, de qualquer data, que se conservam para servir de referência como testemunho e informação», surge-nos a ideia de que embora falando de equipamentos diferentes, com características e funções diferentes, o seu fim último — *de servir, informar e dar acesso a* — é comum. Logo, embora existam elementos de distinção entre os seus documentos — de Arquivos e de Biblioteca — quer quanto à sua origem, ao seu valor e à sua organização e as instituições que os possuem, tenham, também, características e funções diferentes situam-se ambas num mesmo espaço sócio-cultural e protanto, estão integradas num mesmo tecido social, onde exercem o seu campo de acção.

Se as principais funções da biblioteca visam a formação do indivíduo e a divulgação do livro e da informação em geral, permitindo o acesso a todas as áreas do conhecimento e a todas as correntes de opinião e pensamento, sem excepção, a biblioteca toma-se «um elemento tendencialmente superador da desigualdade de oportunidades de acesso às fontes de informação oferecidas pela sociedade a cada indivíduo, seja essa desigualdade detida por razões sociais, regionais ou outras» como nos referiu Joaquim Portilheiro no seu texto *A Leitura Pública: uma batalha urgente e necessária*.

Mas, as características da biblioteca devem ser, como todos também sabemos, de ordem estética, em espaços agradáveis, convidativos, situada em local central dentro dos núcleos urbanos, acessível a todos incluindo diminuídos físicos, com mobiliário familiar e acolhedor, aberta a horas cómodas, para quem trabalha, ou para quem não trabalha, apresentar de modo atraente os seus documentos, qualquer que seja o seu suporte material, de forma a chegar a toda a comunidade mesmo aqueles que não sabendo ler podem ter acesso à informação pela imagem ou pelo som. Deve ser plural no seu conteúdo versando todos os assuntos podendo satisfazer todos os gostos e todas as idades, deve ter, igualmente, pessoal técnico especializado em número suficiente para poder dar resposta às solicitações dos seus utilizadores e da comunidade em geral.

Enfim, as suas principais características são determinadas pela função que lhe cabe cumprir como centro cultural da comunidade cooperando e coordenando os seus esforços com os de outros organismos de educação, de cultura e de

informação, atenta aos interesses e às necessidades que vão surgindo à sua volta e incitando a população a ela recorrer por todos os meios ao seu alcance em acções concretas e faseadas, de forma a não criar esperanças vãs.

Por sua vez, o Arquivo Municipal ao ser constituído pelo conjunto da documentação acumulada pelo município ou pelo concelho, tem como principais funções recolher ou receber essa documentação, conhecer e/ou interferir, desde o seu processo de criação nos prazos de vigência, avaliando, seleccionando e eliminando, de forma a receber para conservar e servir essa mesma documentação.

Como disse Eugénio Montoito, no seu Guia do Arquivo Histórico de Sintra, «[...] O presente será sempre um conjunto de acontecimentos que, pontualmente, poderão fazer ou não fazer história, mas que, todos juntos, num único momento e num futuro próximo ou afastado, serão história» e, é nessa perspectiva que as principais funções do Arquivo Municipal terão de ser encaradas. Então, numa primeira fase, há que preparar o acesso a esses acontecimentos, acompanhá-los, para avaliar, seleccionar e eliminar o que, num futuro próximo ou afastado, será história, memória ou documento e, nomeadamente, memória da vida local e/ou memória do mundo...

Em resumo, o seu fim e função de servir, comunicar e difundir deve, prioritariamente, como é do vosso conhecimento, atender à entidade produtora, aos cidadãos e aos investigadores que, embora com restrições, devem possuir os meios para realizar esse fim, uma vez que a multiplicação das fontes, o aparecimento de novos suportes constituem, hoje, um conjunto que nos levam a interrogações diferentes, mas também permitem dar respostas diferentes daquelas que, até há bem pouco tempo usávamos dar. Mesmo continuando o documento a possuir, em simultâneo, um valor histórico-cultural e a fazer prova jurídico-administrativa o equipamento Arquivo tem hoje possibilidade de dispôr de uma infinidade de formas e fórmulas para, servindo a documentação que possui, dar a conhecer à comunidade onde está inserido o conjunto orgânico de espécies documentais com ela relacionadas que se referem aos mais variados aspectos da sua vida, da sua história e das suas actividades. Ao poder difundir essa documentação que respeita ao seu Património Cultural, político, económico, etc., e que reflecte o quotidiano dessa comunidade, a função do Arquivo, como disse Eugénio Montoito, é pois de «conservar a lembrança das acções de um dia, para que sirva de base às acções dos dias subsequentes» aproximar assim, a comunidade da sua identidade cultural.

No seu aspecto global, o espaço sócio-cultural das Bibliotecas e dos Arquivos Municipais, tem no nosso entender, hoje, essencialmente a ver com a sua importância face à comunidade envolvente, face à sua capacidade de intervir, animar e dar a

conhecer os seus fundos, de informar e difundir os seus documentos, dar resposta às questões que esse mesmo tecido social levanta e implicitamente pela qualidade e diversidade dos serviços que presta.

Desta forma, estão assim ambos (Bibliotecas e Arquivos) confrontados com o meio envolvente. Mas, pergunta-se:

- O espaço sócio cultural é o mesmo?
- Os utilizadores destes dois equipamentos são comuns?
- E os potenciais utilizadores? Situam-se dentro da mesma área? Ou correspondem a elites diferentes?
- A forma de comunicar e animar a informação e a documentação contida, é a mesma?
- Os seus papéis, enquanto equipamentos duma mesma instituição, são iguais ou, quer para o interior da instituição/autarquia, quer para o exterior/comunidade, eles têm importâncias diferentes?

Cabe, agora, analisarmos algumas das questões com que nos debatemos e talvez seja, este, o ponto da questão e a pergunta a fazer sobre qual o papel de Bibliotecas e Arquivos nas políticas autárquicas.

Como é conhecido, salvo raras excepções, têm importâncias diferentes, quer de um relativamente ao outro, quer de autarquia para autarquia.

Só por si, as opções do poder autárquico para valorização dos recursos humanos, o melhor ordenamento do território e a maior inserção do poder nas realidades regionais tendo em conta o meio social, deveriam justificar uma maior importância a dar pelos municípios a estes equipamentos. Constatase que, é mais reduzido hoje, o peso das autarquias, no que toca aos arquivos, do que às bibliotecas, dada a Política Nacional de Leitura Pública ter suscitado contrapartidas financeiras.

Mas, a reforçar esta mentalidade, os utilizadores dos arquivos municipais são ainda encarados como elites culturais, quer por parte da população em geral, quer por parte dos responsáveis em particular e, apesar de grande alteração surgida, no decorrer desta década, tal sentir deve-se, a nosso ver, a alguns factores. Por um lado, nas nossas autarquias, os modelos administrativos e institucionais estão na maioria das vezes desadaptados às necessidades e aos problemas reais, o que é o resultado de políticas culturais e de políticas de desenvolvimento, concebidas frequentemente de forma totalmente distinta. Por outro, os projectos culturais não são implementados de forma integrada e mais não fazem do que acentuar a criação de elites culturais baseadas em determinados indivíduos ou determinadas profissões dentro da comunidade.

O problema dos jovens e das escolas face a estes equipamentos, como exemplos de uma de entre muitas formas do seu envolvimento com o meio, tem sido, sucessivamente, descurados e traduzem-se em acções que, embora meritórias, não passam de pontuais e baseadas em relações pessoais e de amizade.

A necessidade, urgente, de projectos de animação nos arquivos e nas bibliotecas virados para uma publicidade dos seus serviços, com acções continuadas e com objectivos definidos, como formas de sucesso da aprendizagem e, ao mesmo tempo, como possibilidade de formar futuros utilizadores não deve ser esquecida.

Aplicada à biblioteca a frase do Dr. Luís Cabral no seu texto *As Bibliotecas vistas sob uma perspectiva organizacional* disse que este equipamento «necessita de possuir um tipo de estrutura baseada não no indivíduo mas no grupo (equipa) uma espécie de rede de indivíduos, todos eles activamente contribuindo, participando e comunicando em várias direcções.»

Igualmente, poder-se-á aplicar, aos arquivos este sentir, movimentando-se em direcção a uma maior participação do pessoal e privilegiando os aspectos qualitativos dos serviços.

No que toca ao paralelo entre estes dois equipamentos cabe referir que as diferenças de cada um, enquanto partes de um todo, que é o Município, são-nos ditadas quer pelas suas funções, quer pelas suas características.

A actualidade da biblioteca prende-se genericamente com o presente, o arquivo com o passado. A biblioteca é encarada pela autarquia, como se estivesse em crescimento acelerado porque depende da produção editorial, enquanto o arquivo é visto como algo em crescimento mais lento enquanto Arquivo Histórico e, portanto mais definitivo.

Se a biblioteca é, hoje, já vista como *um espaço para todos* — crianças, adultos, velhos, letrados e iletrados — e assim começa a ser entendida como algo que pertence também a todos, o arquivo é entendido como algo para uma elite, restrita a professores de história, investigadores ou estudiosos locais.

Esta dualidade reflecte-se no seu espaço físico, nas condições em que se encontram ambos e o maior espaço e o mais amplo, é o da biblioteca, ficando o arquivo mais reservado, menos público e em piores condições quer de espaço quer económicas. Este sentir é, assim, o pensar de muitos responsáveis e autarcas, em relação a estes equipamentos.

Muitos são os casos em que coexistem ambos no mesmo espaço e se misturam as suas funções embora, hoje, se comece a interiorizar uma separação que penso dever-se ao facto de existirem a nível central duas estruturas coordenadoras diferentes — I.P.L.L. e I.P.A. — com políticas diferentes.

Embora ocupem o mesmo espaço sócio-cultural — Bibliotecas e Arquivos — e, sejam células do mesmo tecido social, na realidade têm importantes diferenças de passado, de âmbito e de utilizadores a servir e são entendidas de forma diferente com gradações distintas quanto à sua importância.

No entanto, se ocupassem o mesmo espaço físico o mais certo era anularem-se mutuamente, produzirem menos e intervirem menos na comunidade. Ser uma só célula cultural quando podem ser duas, seria anular uma parte de cada uma. A única vantagem válida, a única razão justa para estarem fisicamente juntas será só de uma economia de meios, e de equipamento, rentabilizando os espaços polivalentes.

Mas, é evidente, que apesar de estarem separados há estruturas que podem e devem ser coordenados e que podem e devem ser comuns — auditório, salas de exposição, equipamento polivalente. No entanto, terá de existir uma permanente consciência de que fazem parte de um tecido sócio-cultural que tem as mesmas raízes e os mesmos grandes objectivos doutras estruturas — escolas, museus, centros culturais, gabinetes de animação, etc. — e de que, por isso, tem que ter uma política sócio-cultural planeada, integrada e multifacetada.

Não há bibliotecas sozinhas como não há arquivos isolados

Isto que se diz da mesma comunidade local aplica-se à comunidade nacional e se nas bibliotecas há já algum caminho percorrido é urgente trabalhar nesse mesmo sentido, nos arquivos.

Falar de cooperação nos arquivos Municipais parece, hoje, uma meta longínqua, especialmente, quando tudo, ou quase tudo, parece estar por fazer e, quando isso implica pessoal técnico, normalização, automatização, etc. Mas, cooperar não se faz por decreto, nem por lei, *cooperar tem que estar dentro de nós, tem que ser um estado de espírito.*

Se nas bibliotecas está a ser possível tentar recuperar o tempo perdido e implementar uma Rede de Leitura Pública, será também possível *pele menos* não deixarmos perder todo o património arquivístico dos nossos Municípios e encontrar, em conjunto, soluções regionais ou nacionais para os nossos arquivos.

A autonomia de cada um não pode significar isolamento e isso aplica-se quer nas bibliotecas, quer nos arquivos, dentro de cada comunidade em relação à sua região ou em relação ao país.

Em cada um destes equipamentos municipais a maior convergência é sem dúvida a necessidade de ambos reforçarem o seu papel dentro da estrutura autárquica

e, isso, faz-se com o meio que nos envolve. Não podemos aceitar com passividade continuar a trabalhar numa base inadequada, paralela e não central dentro da autarquia e perante a comunidade, ao figurar nos planos de actividades ou nos Planos Plurianuais como «condimento harmonioso» de Cultura, Educação, Desporto e Tempos Livres onde só se chegará depois de tudo definido segundo condições, frequentemente, já contraditórias das decisões propugnadas por cada um dos equipamentos (Biblioteca e Arquivo).

Acentuar o papel das Bibliotecas e dos Arquivos Municipais dentro da estrutura autárquica, é termos não só consciência das diferenças e convergências de ambos, mas como profissionais, dentro dessas estruturas, sentirmos que com projectos culturais se podem libertar forças criativas que terão incidência no sucesso das actividades económicas e na satisfação pessoal do indivíduo.

Para concluir, quero dizer-vos que este Encontro que tão importante é para todos os profissionais de arquivo terá ainda, o mérito de fazer sentir aos responsáveis municipais que o papel dos arquivos tem que se reforçado e que é com os profissionais de arquivo que se têm de resolver os problemas da documentação municipal, da história local e levar à comunidade a consciência da sua história.

Em resumo, Bibliotecas e Arquivos Municipais têm divergências e convergências e empregando palavras de Edgar Morin «Temos em comum aquilo que faz a nossa diferença».